

Vol 4 Issue 9 June 2015

ISSN No : 2249-894X

*Monthly Multidisciplinary
Research Journal*

*Review Of
Research Journal*

Chief Editors

Ashok Yakkaldevi
A R Burla College, India

Flávio de São Pedro Filho
Federal University of Rondonia, Brazil

Ecaterina Patrascu
Spiru Haret University, Bucharest

Kamani Perera
Regional Centre For Strategic Studies,
Sri Lanka

Welcome to Review Of Research

RNI MAHMUL/2011/38595

ISSN No.2249-894X

Review Of Research Journal is a multidisciplinary research journal, published monthly in English, Hindi & Marathi Language. All research papers submitted to the journal will be double - blind peer reviewed referred by members of the editorial Board readers will include investigator in universities, research institutes government and industry with research interest in the general subjects.

Advisory Board

Flávio de São Pedro Filho Federal University of Rondonia, Brazil	Delia Serbescu Spiru Haret University, Bucharest, Romania	Mabel Miao Center for China and Globalization, China
Kamani Perera Regional Centre For Strategic Studies, Sri Lanka	Xiaohua Yang University of San Francisco, San Francisco	Ruth Wolf University Walla, Israel
Ecaterina Patrascu Spiru Haret University, Bucharest	Karina Xavier Massachusetts Institute of Technology (MIT), USA	Jie Hao University of Sydney, Australia
Fabricio Moraes de Almeida Federal University of Rondonia, Brazil	May Hongmei Gao Kennesaw State University, USA	Pei-Shan Kao Andrea University of Essex, United Kingdom
Anna Maria Constantinovici AL. I. Cuza University, Romania	Marc Fetscherin Rollins College, USA	Loredana Bosca Spiru Haret University, Romania
Romona Mihaila Spiru Haret University, Romania	Liu Chen Beijing Foreign Studies University, China	Ilie Pinte Spiru Haret University, Romania
Mahdi Moharrampour Islamic Azad University buinzahra Branch, Qazvin, Iran	Nimita Khanna Director, Isara Institute of Management, New Delhi	Govind P. Shinde Bharati Vidyapeeth School of Distance Education Center, Navi Mumbai
Titus Pop PhD, Partium Christian University, Oradea, Romania	Salve R. N. Department of Sociology, Shivaji University, Kolhapur	Sonal Singh Vikram University, Ujjain
J. K. VIJAYAKUMAR King Abdullah University of Science & Technology, Saudi Arabia.	P. Malyadri Government Degree College, Tandur, A.P.	Jayashree Patil-Dake MBA Department of Badruka College Commerce and Arts Post Graduate Centre (BCCAPGC), Kachiguda, Hyderabad
George - Calin SERITAN Postdoctoral Researcher Faculty of Philosophy and Socio-Political Sciences Al. I. Cuza University, Iasi	S. D. Sindkhedkar PSGVP Mandal's Arts, Science and Commerce College, Shahada [M.S.]	Maj. Dr. S. Bakhtiar Choudhary Director, Hyderabad AP India.
REZA KAFIPOUR Shiraz University of Medical Sciences Shiraz, Iran	Anurag Misra DBS College, Kanpur	AR. SARAVANAKUMARALAGAPPA UNIVERSITY, KARAIKUDI, TN
Rajendra Shendge Director, B.C.U.D. Solapur University, Solapur	C. D. Balaji Panimalar Engineering College, Chennai	V.MAHALAKSHMI Dean, Panimalar Engineering College
	Bhavana vivek patole PhD, Elphinstone college mumbai-32	S.KANNAN Ph.D , Annamalai University
	Awadhesh Kumar Shirotriya Secretary, Play India Play (Trust), Meerut (U.P.)	Kanwar Dinesh Singh Dept.English, Government Postgraduate College , solan

More.....

FOR ANYONE WHO IS INTERESTED IN THE INTERNATIONALIZATION
OF THE AMAZON?
(PARA QUEM INTERESSA A INTERNACIONALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA?)



Cícero Thiago Monteiro Dantas dos Reis

Economista, Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia – UFAM,
bolsista CAPES.

Short Profile

Cícero Thiago Monteiro Dantas dos Reis is a Master in Society and Culture in Amazônia by Federal University of Amazonas (Brazil). He was graduated in Economics Sciences by Catholic University of Santos (2007). Technical in Business Management by Santo André's SENAC (Brazil).

Co - Author Details :

Tatiana Silva Lopes

Secretária Executiva, Professora do IFRR, Mestranda no Programa Sociedade e Cultura na Amazônia – UFAM, bolsista CAPES.



ABSTRACT:

Listed as a natural reserve in the world being legitimized by the UNESCO as a world heritage, the Amazon forest and its conservation is necessary to help the planet Earth from the evils caused by polluting industries "salvation," not only the most developed countries, but also Brazil itself. This article aims to show that, for the back of the ecological discourse that aims to maintain the pristine forest at least in the short term, also hides political

and economic interests not only of the international community, but the other Brazilian states that once destroyed their biome, they see the potential source of the Amazon forest resource exploitation for their future survival, sacrificing the present 20 million people who live here and wish for a better future if its use occurs in a sustainable manner, with the financial and technological apparatus those who are interested by it.

KEYWORDS

Politic; Amazon; internationalization.

Article Indexed in :

DOAJ
BASE

Google Scholar
EBSCO

DRJI
Open J-Gate

RESUMO:

Apontada como última reserva natural do mundo, sendo legitimada pela UNESCO como patrimônio da humanidade, a floresta Amazônica e sua conservação representa a “salvação” necessária para ajudar ao planeta Terra nos males causados pelas indústrias poluidoras, não só dos países mais desenvolvidos, mas também do próprio Brasil. O presente artigo tem como objetivo evidenciar que, por de trás do discurso ecológico que visa manter a floresta imaculada pelo menos no curto prazo, escondem-se interesses políticos e econômicos não apenas da comunidade internacional, mas também das demais unidades federativas brasileiras que uma vez que destruíram seu bioma, enxergam na floresta amazônica potencial fonte de exploração de recursos para sua sobrevivência futura, sacrificando no presente os 20 milhões de habitantes que aqui vivem e vislumbrariam melhor futuro se sua exploração ocorresse de forma sustentável, contando com o aparato financeiro e tecnológico daqueles que por ela se interessam.

Palavras-chave: Política; Amazônia; internacionalização.

INTRODUÇÃO

A internacionalização da Amazônia, embora exaustivamente discutida e polemizada nas mídias a partir das declarações de importantes lideranças políticas mundiais, que ousaram propor sua troca pela dívida externa brasileira sob a alegação de torná-la um patrimônio da humanidade, não data a década de 1980.

Apesar de projetos de significativos impactos ambientais nos setores de mineração e eletricidade que demandaram pesquisas exploratórias nos anos 80 e 90, a exemplo da extração de minérios no rio Trombetas e a construção da hidrelétrica de Balbina, no Estado do Amazonas, os inventários e levantamentos das potencialidades energéticas, minerais, naturais e etnográficas na Amazônia datam a chegada das primeiras expedições no Brasil Colônia a partir do século XVI. Segundo Hardman, (2009) e Oliveira Filho (1987) as crônicas de viajantes como La Condamine, Carvajal, Alexandre Rodrigues Ferreira, Padre Samuel Fritz, entre tantos outros, constituiu acervo considerável sobre as riquezas amazônicas para os Reinos da Espanha e Portugal.

As intenções de internacionalização da Amazônia existem desde a colonização. Primeiro com a chegada dos espanhóis, depois com os portugueses, franceses, holandeses, ingleses e irlandeses, que vieram em busca de ouro e terra e depois em razão da exploração de recursos vegetais e minerais. O fato coloca a região como personagem da internacionalização propiciada pelo comércio mercantilista possibilitado pelas grandes navegações.

Cronista de viagem de subida do rio Amazonas chefiada por Pedro Teixeira, amando de Portugal, durante a fusão das Coroas, Rojas surpreende com a precisão dos dados técnicos sobre a largura, profundidade e comprimento do grande rio. As sugestões de aproveitamento das terras que o margeiam, assim como a construção de fortalezas em pontos estratégicos, assemelham-se mais ao político de visão que propriamente ao padre preocupado com a salvação de tão grande rebanho, habitante de terras ricas em minérios, mas que, por estar em poder dos bárbaros, não se aproveitam suas riquezas. As possibilidades comerciais e o lucro correspondem à das madeiras – de lei são alguns dos tópicos anotados no diário de viagem que sintetiza as visões mercantilista e catequista (GONDIM,

1994, p. 87).

Se concluirmos que a internacionalização da Amazônia não é um fenômeno recente na história mundial, a preocupação emergente de sua preservação, se dá com a evolução econômica nos últimos 60 anos, descortinando a degradação ambiental e a destruição ecológica ocasionada pela industrialização nos grandes centros urbanos mundiais. Tanto, que a formalização da preocupação internacional e nacional se dá em torno da discussão sobre desenvolvimento sustentável a partir do clube de Roma em 1968, não findando até os dias atuais.

À primeira vista os apelos ecologistas contra a derrubada de árvores, a extração de minérios e abertura de estradas sob a alegação de extinção da floresta amazônica e conseqüentemente da vida planetária nos causa um terror apocalíptico apenas visto nas grandes produções hollywoodianas, mas diante do atual cenário ambiental e econômico competitivo em nível internacional e nacional, uma abordagem bibliográfica que questione a defesa imaculada da maior reserva natural do mundo se faz necessário. Tal abordagem não é nova, mas dado o acirramento das políticas exploratórias que a Amazônia é vítima o tema sempre se faz necessário e deve ser constantemente atualizado para novas discussões sobre o velho assunto.

INTERESSE INTERNACIONAL PELA CONSERVAÇÃO

Embora o ponto de partida pelo interesse das riquezas amazônicas não seja contemporâneo, as declarações da Primeira-Ministra britânica Margaret Thatcher em 1983, Al Gore, Vice-Presidente dos Estados Unidos em 1989, Mitterrand, Presidente da França em 1989, Mikhail Gorbachev, chefe do governo soviético em 1992, John Major, Primeiro-Ministro da Inglaterra em 1992, George W. Bush, ainda candidato à presidência dos Estados Unidos 2000 em torno da venda da floresta para quitação de dívida, ou perda de soberania brasileira sobre seu controle, escancara a preocupação dos seus dirigentes com a degradação ambiental e a defesa do mercado capitalista nos seus respectivos países.

Na Inglaterra, o berço da revolução industrial, séculos de exploração, devastaram a vegetação primária. Nuvens de poluição em Londres e em grande parte da Inglaterra ganham os noticiários internacionais. Em 2009 a União Europeia recusou o pedido inglês de adiamento do prazo de metas de qualidade ambiental, concomitantemente o príncipe Charles discursava sobre a importância de transferência de recursos para a proteção da floresta amazônica.

No campo econômico, o jornalista Fernando Collyer (1992) cita interesse contrário para que o Brasil desenvolva a Amazônia por conta da competitividade na produção de cassiterita. O argumento baseia-se no potencial brasileiro de produção que contribuiu na década de 1970 à 1985 para a baixa de preços no mercado internacional e conseqüentemente a quebra das empresas inglesas, principais mandatárias no ramo. O autor segue afirmando que a política de proteção da propriedade indígena e sua nobre causa é um confortável alibi para a manutenção de interesses.

O estanho apresenta forte depreciação em relação a patamares da década de 70. Seu preço cotado na LME – London Metal Exchange chegou a atingir US\$ 16 mil/t em 1979, declinando a valores entre US\$ 12 e US\$ 13 mil/t até outubro de 1985, quando deu-se a crise do mercado mundial do estanho com a elevação dos estoques que atingiram 104 mil t. O preço reduziu-se a US\$ 5 mil/t. Em 1987 foi criada a ATPC – Association of Tin Producing Countries cuja atribuição inclui o controle dos estoques e a redução da oferta através de sistemas de cotas. (BNDS, 2000, p:4)

O que falar das florestas francesas, quase todas destruídas ao longo dos séculos? Importante

ressaltar que a França possui a maior superfície carvalhal da Europa, com cerca de 5 milhões de hectares, sendo o segundo maior produtor de barris de carvalho do mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos, ambos os países denotam ampla utilização dos seus recursos naturais.

O estudo da EMPRAPA baseado nos últimos 30 anos aponta que o Brasil ainda possui 69,4% das suas florestas primitivas. Invejável estatística principalmente para o continente europeu que apenas possui 0,3% de mata nativa.

Nos Estados Unidos restam menos de 5% de sua vegetação original, desse percentual, mais de 75% estão em propriedades particulares que exploram seus recursos. O replantio, a substituição por florestas artificiais estão prejudicadas por chuvas ácidas. Fato que levou o ambientalista norte-americano Fairfield Osborn fundador da Conservation Foundation a afirmar que a utilização da floresta americana é a mais destrutiva entre todas da história da civilização humana.

A crise ambiental contemporânea é a crise da razão, mais especificamente da “razão capitalista” nos principais centros políticos mundiais, pois a racionalidade econômica que banuiu a natureza da esfera produtiva também gerou processos de destruição ecológica e degradação ambiental em escala ampliada, gerando um processo de desperdício, resultando, em muitos casos, em impactos negativos e irreversíveis sobre a natureza e a qualidade de vida no planeta (CARVALHO, 2007).

INTERESSE NACIONAL PELA CONSERVAÇÃO

O governo brasileiro passou a atuar na região Amazônica apenas na segunda metade do século XIX, durante o ciclo da borracha (1870-1912). Na Era Vargas, foram criadas agências de planejamento e incentivo, como Banco de Crédito da Borracha e Superintendência de Valorização Econômica da Amazônica (SPVEA). A meta era diminuir desigualdades regionais. O interesse forçou ao implemento da política de integração nacional na década de 1970, visando a integração física, social e econômica da região.

No Brasil, o tema sobre a conservação ambiental foi trazido em tratamento oficial em decorrência da discussão do governo com ambientalistas e ruralistas – por meio da implantação do Código Florestal de 1965, que impõe sanções penais contra crimes ao meio ambiente, mas sua consolidação como política de defesa e conservação se dá com a Constituição de 1988 que consagra a Floresta Amazônica brasileira, Mata Atlântica, Serra do Mar, Pantanal Mato-Grossense e Zona Costeira como patrimônio nacional, segundo art. 225 § 4. A consagração Amazônica ocorre curiosamente na década das reivindicações das grandes potências pelo controle da Floresta Amazônica.

Além de ser apontada como solução para os problemas ambientais dos países desenvolvidos, a Amazônia também é vista pelo Brasil como colônia a ser explorada pelos Estados mais desenvolvidos que incorporam o discurso etnocêntrico, sustentado pela crença da inferioridade do povo nortista. Os estados mais desenvolvidos esquecem seu passado colonial e aderem o discurso internacional, creditando na Floresta Amazônica a solução para seus problemas ambientais.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o retrato do desmatamento no território brasileiro até 2010, com exceção da Amazônia, é devastador. A Mata Atlântica, que abrange estados do Sul e Sudeste, mantém conservada apenas alarmante 12% doseu bioma original. A devastação do Cerrado chegou a 49%. A Caatinga perdeu 45,6% da vegetação original. Pantanal e Amazônia são os biomas mais conservados do Brasil, com 15% e 14,83% de área devastada.

Se nos preocupamos com o consumo desproporcional dos recursos naturais por parte dos países desenvolvidos, que segundo Leff (2003), maioria situada no hemisfério norte, possui somente 1/5 da população, mas consomem 75% dos recursos naturais, a situação agrava-se ainda mais na assimetria da apropriação desses recursos em âmbito nacional. Necessitaríamos de 2,5 planetas, se todas as pessoas do mundo consumissem como os paulistanos, população com representação de 22% do território nacional, o que justifica que o interesse pelos recursos amazônicos não é apenas prioridade internacional, mas também nacional, relevando desigualdade social no Brasil entre estados.

A falta de água hoje vivenciada no sistema Cantareira em São Paulo, atribuída ao desmatamento na Amazônia pela mídia sensacionalista, antes já responsabilizada pelos desequilíbrios no restante do planeta, era um prelúdio evidenciado em 2009 pela pesquisa do Ministério do Meio Ambiente sobre a distribuição de recursos hídricos no Brasil. O sudeste no período exposto já apresentava problema com o futuro de suas reservas de água doce em relação à demanda de sua população. O exposto evidencia que recurso hídrico do Sudeste no período era apenas superior ao Nordeste cuja população apresenta nível numérico inferior.

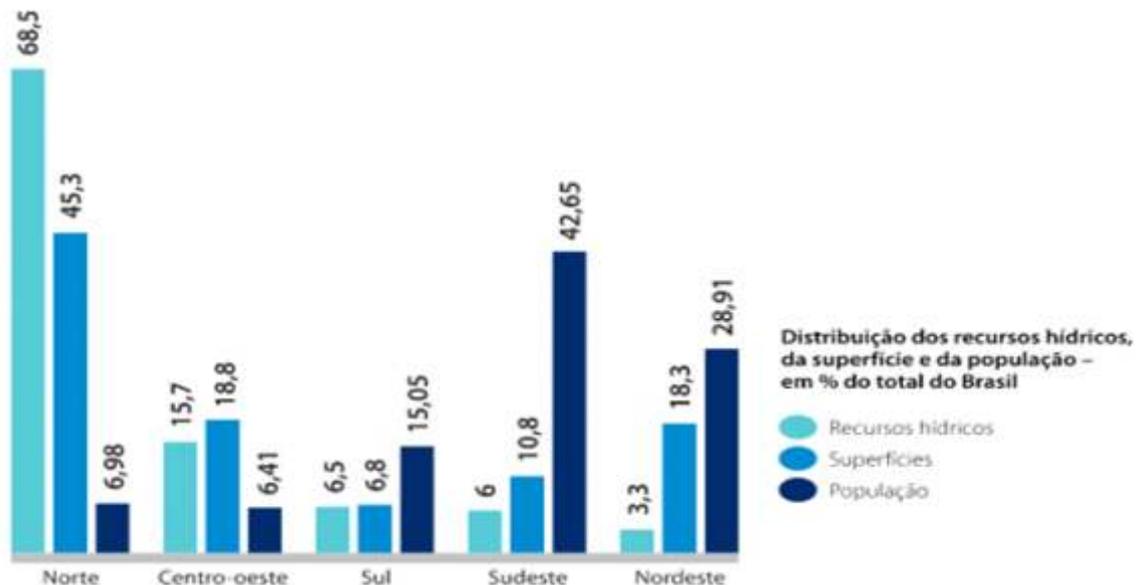


Figura 1: Distribuição dos recursos hídricos da superfície e da população – em % do total do Brasil. Fonte: Ministério do Meio Ambiente (2009).

Ponto importante sobre a manutenção incólumada Floresta está ligado à economia concorrencial, em especial no seu potencial exportador, uma vez que a Amazônia é viável nos segmentos agrícolas, pecuários e minerais, sem contar com a piscicultura que leva longa vantagem sobre as demais culturas por conta da multiplicação de peixes criados em cativeiro.

A guerra na floresta de Samuel Benchimol (1992) trata do pensamento social do autor, da questão socioambiental e desenvolvimento regional na Amazônia brasileira, o livro tem como objetivo apontar que, por de trás do discurso ecológico, tende a haver interesses políticos e econômicos por parte daqueles que defendem a maior reserva florestal do mundo. O autor questiona se existe influência política de grandes empresas de produtos químicos sintéticos, concorrentes diretos do setor

primário, no contexto da angulação de políticas públicas para a Amazônia. Nesse tocante, Benchimol (1992) alertava a constrangimentos e condicionalidades criados por grupos de pressão e lobbies na formulação de uma estratégia de política nacional com relação à Amazônia.

Um setor primário que precisa ser reativado nesse novo modelo é o da produção de óleos e essências, tanto para fins de perfumaria, farmácia, cocção ou produção de energia. A Biodiversidade da floresta amazônica oferece centenas de essências de 58 óleos, fragrâncias, cheiros que podem deflagrar a criação de centros xiloquímicos especializados. Hoje, praticamente, a única agroindústria química existente é a destilação de óleo do pau-rosa. Existem, porém, inúmeras possibilidades de expansão desse setor, com a utilização de outras espécies, como copaíba, andiroba, pataúá, dendê, coco, etc (ID., op. cit., p. 139).

Benchimol (1992, p. 149) usou o termo “africanização econômica na Amazônia”, quando demonstrou que a pobreza se dava por conta dos desestímulos à produção agrícola pela desigualdade dos preços mínimos de garantia para a safra do norte em 1991. Relatando a política discriminatória do Ministério da Agricultura em relação ao eixo Sul e Sudeste do Brasil, visando inviabilizar a produção nos centros distantes da Amazônia. Um mecanismo, dentre vários, referentes à fabricação política de pobreza.

O setor de fragrância ocupa o terceiro lugar no ranking do consumo mundial. No Brasil, a maioria das empresas do ramo está localizada na região Sul do país. Na composição das fragrâncias das principais empresas do ramo, quando perfumes não são produzidos a partir de produtos sintéticos, as matérias primas restringem-se a alguns florais e secreção animal, sem serem citadas espécies existentes no solo amazônico.

As desigualdades sociais historicamente desenvolvidas também compõe este quadro, especialmente quando a região é tomada como unidade empírica de demonstração: as populações paupérrimas da Amazônia veem-se privadas da utilização direta de seus recursos naturais. Índios, caboclos, populações ribeirinhas urbanas, comunidades isoladas têm razão para desconfiar de qualquer medida que os impeça do manejo tradicional dos chamados recursos da floresta. Também têm razões para duvidar de que a manutenção pura e simples dessas atividades seja capaz de alterar seus modos de vida. A identificação desse destino da floresta como reserva de biodiversidade mundial inclui seus grupos sociais subalternos como “espécies” da floresta, os povos da floresta (SILVA, 2013, p. 108).

A preocupação com a internacionalização da Amazônia tão difundida a partir da década de 1980 apresenta-se como discurso superficial, ganhando palco apenas para a discussão do senso comum sobre a soberania brasileira, quando na realidade o que ocorre é a apropriação dos seus recursos naturais e financeiros, dividido entre o capital nacional sobre o controle do eixo sul e sudeste do Brasil e o capital internacional. •

Loureiro (2014) no intento de desvendar os processos políticos e sociais que caracterizaram os projetos de desenvolvimento para Amazônia no período de 1950 a 2010 denuncia as políticas discriminatórias do poder central para com a região. Para a autora os planos de desenvolvimento restringe-se a incentivos fiscais para empresários no ramo agropecuário, incentivando o latifúndio acumulador de capital, ignorando as demais vocações florestais que poderiam realmente contribuir com o desenvolvimento sustentável da região.

A autora continua denunciando a usurpação dos recursos da floresta, em detrimento do povo amazônico e que são transferidos para empresários nacionais e estrangeiros por meio da oferta de

infraestrutura como a hidrelétrica de Tucuruí e a mineradora Vale do Rio Doce, ambas no estado do Pará. A construção da hidrelétrica privilegia as indústrias siderúrgicas e os demais estados brasileiros através de subsídios e exportação de energia.

Para completar, o governo brasileiro havia assinado acordo com os empresários estrangeiros rebaixando o preço da energia a ser fornecida para as indústrias siderúrgicas do Pará e Maranhão, de forma que os demais consumidores da região pagam pela energia muito mais do que elas. Concluída a hidrelétrica a população assustou-se: 1/3 da energia gerada em Tucuruí vai para as indústrias siderúrgicas e a preço subsidiado (cerca de 60% do custo de produção do ferro-gusa, 40% do ferro-liga e 50% do custo do alumínio é com energia); 1/3 da energia é exportada para o resto do Brasil e integrada ao sistema nacional, especialmente para o Sudeste e apenas 1/3 fica no Pará. (LOUREIRO, 2014, p: 227)

As principais indústrias lucrativas do Pará constituem se não um enclave, um gargalo produtivo para o desenvolvimento da região, dado os impactos ambientais e sociais para seu implemento, não internalizam benefícios para o Estado. Sua pauta de exportação é composta por produtos minerais isentos de impostos que caso fossem tributados na fonte, a exemplo do ICMS, poderia ser convertido como recurso para os cofres paraense.

Apesar de ser a maior mineradora do mundo a Vale gerou muito pouco sob a forma de impostos para o Pará. Como ICMS- Imposto Sobre Mercadorias e Serviços, principal imposto recolhido pela empresa em mais de 10 anos (entre 1997 e 2011), a Vale pagou ao governo do Estado do Pará apenas 540 milhões de reais pela venda no exterior do ferro de melhor qualidade do mundo.

A Vale exportou 11,7 bilhões de dólares em ferro em 2011, mas pagou apenas 30 milhões de reais de ICMS, o que corresponde ao ridículo percentual de 0,11% apenas. (LOUREIRO, 2014, p: 227)

A não incidência da cobrança do ICMS na exportação, exclui o estado do Pará dos lucros sobre suas riquezas naturais e favorece os principais centros políticos brasileiros, beneficiados pelo recolhimento do imposto na venda final dos produtos amazônicos.

Se o jornalista Collyer (1992), acreditava que demarcações nas áreas indígenas, inviabilizam o desenvolvimento da indústria Amazônica como estratégia internacional apoiada nos movimentos ecologistas, poderia estar correto a época, seu único equívoco foi acreditar que apenas interesses internacionais modelaram as políticas discriminatórias na região amazônica, uma vez que estas políticas são articuladas aos interesses das elites do eixo sul e sudeste do Brasil, que conta e remete lucro ao capital estrangeiro para agir dentro de seus interesses. A exploração de minérios em áreas de demarcação indígena é uma realidade legitimada juridicamente, logo a internacionalização da Amazônia não ocorreu por beneficiar os estados mais privilegiados brasileiros. A colonização não percebida pelo conjunto da sociedade reside no poder de decisão dos estados mais desenvolvidos sobre o restante do país.

O desenvolvimento imposto na Amazônia são contrários às suas vocações econômicas, trazendo mais resultados negativos que positivos. Reduzindo as possibilidades de desenvolvimento futuro. O poder central brasileiro incentiva a política econômica de manutenção da pobreza na região amazônica, aguardando o momento em que a exploração racional dos recursos naturais da região na sua totalidade no futuro, continue a favorecer as elites históricas brasileiras que sempre ditaram o rumo político do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Amazônia desperta interesse pelo importante papel que desempenha as estabilidades mecânicas, termodinâmicas e químicas dos processos atmosféricos em escala global, embora esse papel seja exagerado pelo senso comum transvestido de ciência nas principais mídias do país. A conservação da floresta amazônica é importante, seu valor ambiental é sem questionamentos inestimáveis; dada a riqueza de seu banco genético e biológico, mas existe um custo humano para os mais de 20 milhões de habitantes que vivem na Amazônia Legal. O caboclo amazônico antes lendário herói que garantia a posse da terra, transforma-se em vilão da natureza.

A região Norte é apontada como uma das regiões mais atrasadas do país pelos órgãos de pesquisas brasileiros. Há de se considerar que a divulgação de dados sobre a pobreza na Amazônia explana em parte limitações internas ocasionadas pela restrição à exploração sustentável dos recursos naturais somente do povo amazônico.

As ricas características da floresta reforça a importância geopolítica da região, especialmente num contexto de exaustão a que grande parte dos recursos da natureza foi submetida em variadas partes do planeta. Mas os interesses que desperta assumem posições variadas na rede de relações de poder que a geopolítica mundial engendra, que vão além das funções que a região representa para o controle climático do planeta, como pode ser deduzido do discurso político de lideranças mundiais, cujos pronunciamentos deixam clara sua visão política e econômica sobre a região.

A Amazônia tem sido desde sempre vítima de constrangimentos que ciclos econômicos, movimentos políticos e grandes projetos de apropriação da natureza para a geração de riqueza econômica lhe impuseram ao longo da história quando interessava aos grandes centros comerciais internacionais e nacionais. A região amazônica é responsabilizada pela sobrevivência da humanidade, mas não recebe transferências de recursos suficientes para manter-se desenvolvida ou explorada de forma sustentável, o que poderia ser proporcionado, por exemplo, pelo mercado internacional de carbono, entre outros meios de sustentabilidade socioambiental apresentado pela economia internacional. Os recursos empregados na região atendem apenas a acumulação de capital nos grandes centros urbanos, escancarando as desigualdades regionais e se não mantendo, piorando a vida dos povos pertencentes a grande floresta amazônica.

REFERÊNCIAS

1. BENCHIMOL, Samuel. Guerra na Floresta. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1992.
2. CARVALHO, Lucas Araújo. Processo de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia. In: BUENAFUENTE, S. M. F. (org.). Amazônia: riquezas naturais e sustentabilidade socioambiental. Boa Vista: Editora da UFRR, 2007.
3. COLLYER, Fernando. A Farsa da Preservação da Amazônia. Manaus. Editora Calderaro, 1992.
4. GONDIM, Neide. A invenção da Amazônia. São Paulo: Editora Marco Zero, 1994.
5. HARDMAN, Francisco Foot. A vingança da Hileia: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna. São Paulo. Editora Unesp, 2009.
6. LEFF, Enrique (coord.). A complexidade ambiental. São Paulo: Cortez, 2003.
7. LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: estado, homem, natureza. 3º ed. Belém. Cultural Brasil, 2014

8. OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil. Rio de Janeiro. Marco Zero. 1987
9. SILVA, Marilene Corrêa da. Metamorfoses da Amazônia. Manaus: Editora Valer, 2013.

SITES CONSULTADOS

1. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso: 14/10/2014
2. BNDS. Estatística. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/setorial/is_g3_34.pdf. Acesso em: 11/10/2014
3. EMBRAPA. Estatística. Disponível em: <http://www.desmatamento.cnpm.embrapa.br/conteudo/resumo.htm>. Acesso: 18/10/2014
4. www2.camara.leg.br. Acesso: 18/10/2014
5. IBGE. Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores>. Acesso em: 11/10/2014.
6. SUPER ABRIL. Notícias. Disponível em: <http://super.abril.com.br/ecologia/desmatamento-eua-serra-quase-levou-441026.shtml>
7. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Estatística. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/> Acesso: 10/10/2014
8. TERRA. Notícias. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/ciencia/sustentabilidade/alerta-de-poluicao-na-inglaterra,3e291ad74c125410VgnCLD2000000ec6eb0aRCRD.html>. Acesso: 12/10/2014
9. REVISTA GALILEU. Notícias. Disponível em: <http://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Meio-Ambiente/noticia/2014/04/inglaterra-sofre-com-altos-niveis-de-poluicao-atmosferica.html>. Acesso: 12/10/2014
10. WORLD WILDLIFE FUND. News. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/?uNewsID=31606>. Acesso em: 08/10/2014.

-
1. <http://revistagalileu.globo.com/Ciencia/Meio-Ambiente/noticia/2014/04/inglaterra-sofre-com-altos-niveis-de-poluicao-atmosferica.html>. Acesso: 12/10/2014
 - <http://noticias.terra.com.br/ciencia/sustentabilidade/alerta-de-poluicao-na-inglaterra,3e291ad74c125410VgnCLD2000000ec6eb0aRCRD.html>. Acesso: 12/10/2014
 2. http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/setorial/is_g3_34.pdf. Acesso em: 11/10/2014
 3. <http://www.desmatamento.cnpm.embrapa.br/conteudo/resumo.htm>. Acesso: 18/10/2014
 4. <http://super.abril.com.br/ecologia/desmatamento-eua-serra-quase-levou-441026.shtml>
 5. Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.
§ 4º - A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições

FOR ANYONE WHO IS INTERESTED IN THE INTERNATIONALIZATION OF THE AMAZON?

que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais

6. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/?uNewsID=31606>. Acesso em: 08/10/2014.

7. www2.camara.leg.br

Article Indexed in :

DOAJ

Google Scholar

DRJI

BASE

EBSCO

Open J-Gate

Publish Research Article

International Level Multidisciplinary Research Journal For All Subjects

Dear Sir/Mam,

We invite unpublished Research Paper, Summary of Research Project, Theses, Books and Books Review for publication, you will be pleased to know that our journals are

Associated and Indexed, India

- ★ Directory Of Research Journal Indexing
- ★ International Scientific Journal Consortium Scientific
- ★ OPEN J-GATE

Associated and Indexed, USA

- DOAJ
- EBSCO
- Crossref DOI
- Index Copernicus
- Publication Index
- Academic Journal Database
- Contemporary Research Index
- Academic Paper Database
- Digital Journals Database
- Current Index to Scholarly Journals
- Elite Scientific Journal Archive
- Directory Of Academic Resources
- Scholar Journal Index
- Recent Science Index
- Scientific Resources Database

Review Of Research Journal
258/34 Raviwar Peth Solapur-413005, Maharashtra
Contact-9595359435
E-Mail-ayisrj@yahoo.in/ayisrj2011@gmail.com
Website : www.ror.isrj.org